

402 - Rp.
O PENSAMENTO DE SALAZAR

GOVERNO E POLÍTICA

*DISCURSO PROFERIDO POR SUA EXCELENCIA O PRESIDENTE
DO CONSELHO, DOUTOR OLIVEIRA SALAZAR, NO ACTO DE
POSSE DOS PRESIDENTES DAS COMISSÕES DISTRIKTAIS E DOS
MEMBROS DE OUTROS ÓRGÃOS SUPERIORES DA UNIÃO
NACIONAL, EM 19 DE JANEIRO DE 1956*

SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO
L I S B O A • 1 9 5 6

855



O PENSAMENTO DE SALAZAR

GOVERNO E POLÍTICA

DISCURSO PROFERIDO POR SUA EXCELENCIA O PRESIDENTE DO CONSELHO, DOUTOR OLIVEIRA SALAZAR, NO ACTO DE POSSE DOS PRESIDENTES DAS COMISSÕES DISTRITAIS E DOS MEMBROS DE OUTROS ÓRGÃOS SUPERIORES DA UNIÃO NACIONAL, EM 19 DE JANEIRO DE 1956



SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO
L I S B O A • 1 9 5 6

402-RP

INCORPORAÇÃO

4/5/58

U PENSAMENTO DE PALAZAR

GOVERNO
E
POLÍTICA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E FINANÇAS
RUA DO OURO, 150 - 1º ANDAR - RIO DE JANEIRO

REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL
1958

Fui solicitado para dar posse aos presidentes das comissões distritais e aos membros de outros órgãos superiores da União Nacional e faço-o gostosamente. Com os actos de designação e eleição realizados nos últimos meses quis-se, em obediência aos Estatutos, conseguir a renovação dos corpos dirigentes do organismo e facilitar o acesso à vida política de novos valores.

O meu primeiro dever é dirigir a todos uma expressão de sincero reconhecimento — a uns pelo trabalho realizado e pelos sacrifícios que houveram de suportar durante o seu mandato, a outros pela disposição de servir com que ascendem a estes lugares e tomam a sua parte de responsabilidade na condução dos negócios comuns. Verifiquei ter havido em todos os actos compreensão das situações e emulação salutar e que se puderam evitar nas competições toda a gama de resíduos que em geral as acompanham, desde as decepções às ofensas. Alegremo-nos por isso.

O meu segundo dever é justificar a minha presença aqui e o confessado prazer de ter vindo assistir a marcada reunião de políticos num organismo político — eu que tantas prevenções tenho manifestado e tão cordialmente desadorno a política. Esta aparente contradição exige umas palavras de esclarecimento, dado sem pretensões e, se mo permitem, como em palestra familiar.

I

O observador atento há-de notar que o que se chama vida política no mundo dos nossos dias é, em boa parte, só agitação e que essa agitação se opera à volta de sentimentos primários ou de conceitos imprecisos. Certo número de palavras ou frases

feitas voam de continente para continente e levam, na simplicidade e aparente clareza das fórmulas, mundos de conceitos duvidosos, senão inteiramente errados. Por exemplo, as palavras *liberdade*, *democracia*, *ditadura*, *direitos do povo*, antes que os historiadores lhes seguissem o rasto e os filósofos lhes definissem o sentido, já elas puderam despertar torrentes emocionais, desencadear revoluções, alterar a marcha dos acontecimentos. E não me refiro ao campo comunista que pode jactar-se de trazer desvairadas as gentes com a inversão da terminologia política usual, a desafiar a lógica e a realidade com a sua *democracia popular*, a sua *ditadura do proletariado*, a sua *libertação dos povos*, etc. Pois mesmo fora dos domínios da «grande mentira» também se verifica a impossibilidade de acordo sobre um sentido suficientemente preciso dos termos com que se faz a política. As palavras valem por vezes mais e têm mais prestígio que a essência das instituições: tanto na ordem interna como na internacional, barragens de fumos chegam a ocultar o sol.

Estes factos comportam lições que interessa ter sempre presentes, embora a nossa ética não nos permita aproveitar a maior parte, pela razão de que nos devemos e devemos ao povo a verdade.

A actuação do regime que preside há três dezenas de anos aos destinos deste país tem sido, no meu modo de ver, predominantemente governativa e deficientemente política — ou, por outras palavras, sacrifica por princípio a política às conveniências ou necessidades do governo. E apetece pôr duas questões: o que quer dizer sacrificar a política ao governo? até onde pode levar-se sem risco esse sacrifício da política?

Entendamo-nos primeiro acerca do sentido das palavras.

A palavra *governo* significa de uma banda o conjunto de indivíduos detentores do poder de governar e significa da outra a direcção dos negócios públicos em ordem à satisfação dos interesses comuns. A necessidade do governo é intuitiva — confunde-se praticamente com a da autoridade em toda a sociedade humana. Ora os múltiplos problemas desta sociedade resolvem-se

segundo determinadas linhas de orientação e são estas grandes linhas de orientação que definem, quanto a sectores especiais do governo, o que se chama a política financeira, a política económica, a política religiosa, colonial, cultural, externa, etc. A definição dessas políticas é a resultante da existência de um interesse, de um condicionamento de facto, de um princípio doutrinal; ou seja, a resultante de um objectivo definido, da possibilidade de o atingir, do princípio moral ou político a que deve obedecer, segundo a concepção dos governantes, a linha de solução. Salvo o caso, imposto por circunstâncias especiais, de um governo ser constituído para a resolução de uma questão determinada e circunscrita, a actividade governativa desdobrar-se-á normalmente na definição e realização de tantas políticas quantos os sectores a que se aplica a sua actividade. E tão inconcebível seria que para algum desses sectores o governo não tivesse uma política, como que alguma delas não fosse coerente com as mais. Assim, e dando embora a grandes correntes doutrinárias o valor relativo que geralmente têm, deve dizer-se não ser lógica nem praticamente possível resolver, por exemplo, o problema da propriedade segundo os princípios comunistas e estabelecer ao mesmo tempo uma economia liberal. Em muitos casos não há mesmo fórmulas possíveis de compromisso — os problemas ou se resolvem ou não.

Deduz-se do exposto que governar representa, afinal, uma actividade empenhada numa realização política. E nesta primeira aceção a palavra *política* está já a nossos olhos regenerada.

*

* *

Mesmo quando os indivíduos ou grupos sociais não têm de colaborar activamente na solução dos problemas, como são os casos da educação e da defesa, a razão e o respeito da pessoa humana, que é o sujeito político por excelência, indicam-nos a alta conveniência do assentimento do povo às providências ou

imposições da autoridade. À medida que se desenvolve e radica no corpo social a consciência de um destino ou interesse comum, mais se impõe o conhecimento, a compreensão, a adesão espiritual dos indivíduos que convertam de facto em acção colectiva, em vida nacional, a actividade governativa. Seja mais ou menos pronunciada a participação dos indivíduos ou grupos na formação do poder, seja mais ou menos extensa a sua intervenção directa na formulação das soluções ou na respectiva execução — não pode fugir-se a uma das imposições do nosso tempo, que se traduz no alargamento das zonas que o poder directamente beneficia e no aumento de interesse que o exercício desse mesmo poder desperta.

Ora o outro significado da política, que eu desejaria reabilitar também, é exactamente o da acção tendente a criar a consciência nacional dos problemas e o convencimento geral da bondade das soluções, para que a acção governativa se desenvolva em ambiente esclarecido e favorável. O estudo e discussão das questões, a informação dos factos que as originam ou condicionam, a sugestão de soluções possíveis ou convenientes, a defesa dos princípios em causa, a apreciação das limitações existentes — tudo isso é acção política, tudo isso é *política*. Em tal sentido, em tais termos, com tal objectivo, a política foi sempre não só útil, mas necessária, e é-o sobretudo no Estado moderno, seja qual for a sua constituição.

Se aos governos compete tomar conhecimento dos problemas, equacioná-los, definir as soluções, adoptar as providências atinentes a resolvê-los na ordem prática, é sobretudo aos organismos políticos que incumbe esta segunda missão. E se falham nela, ou o governo se lhes substitui com prejuízo da actividade própria, ou a consciência nacional pode deixar de encontrar-se em condições de seguir e apoiar a acção governativa. Quando acima signifiquei ter sido a política sacrificada ao governo, queria exactamente referir-me a uma das saídas do dilema angustioso que por vezes se nos tem posto — diminuir o ritmo da actividade ou arriscar-se a trabalhar na incompreensão geral.

Nós compreendemos agora bem o dualismo governo-política e como seria ideal que se completassem sem esta se sacrificar àquele.

*

* * *

Sacrifício socialmente mais oneroso é, porém, o sacrifício inverso do que enunciei — é sacrificar-se o governo à política, e isso me leva ao terceiro significado desta palavra *política*, à noção mais vulgarizada e à actividade mais criticável.

Como tudo se corrompe no mundo, também essa utilíssima actividade política se pode corromper. A política será então, na ordem interna, a actividade que se desenvolve para a destruição do governo e a conquista do poder. Compreende-se que, consoante a divisão dos espíritos, o grau de moralidade geral, o abatimento da consciência colectiva em relação à vida e interesses da Nação, e sobretudo consoante os regimes políticos, esta actividade que se limita a destruir para trepar ou a distribuir benesses para manter-se produza maiores ou menores danos. O maior de todos, além do criticismo exagerado que paralisa a acção e cria nos espíritos estados de inquietação e de dúvida, o maior dano de todos, dizia, afigura-se-me a mim ser o seguinte: impelir os governos para o plano da defesa da sua própria existência, e absorvê-los nela, levando-os a descurar a sua actividade específica.

Ora nada pode fazer-se duradouramente contra a verdade e contra a essência das coisas; e assim este sacrifício do governo à política arrasta consigo a ideia da insuficiência ou inexistência de um órgão essencial à vida colectiva e, conseqüentemente, por sucessivas substituições, a sua instabilidade.

Disto me parece dever concluir que, se há sacrifícios a fazer, antes a política seja sacrificada ao governo que o governo se sacrifique à política. Mas a boa solução já acima indiquei qual seja.

II

Os meus ouvintes que, felizmente, nunca duvidaram da utilidade do seu esforço, estarão porventura a interrogar-se sobre qual a finalidade destas considerações. Pois não é senão o convite formal para uma intensificação bem necessária da actividade política, pelas razões já indicadas e o motivo especial que enunciarei a seguir.

Em 28 de Maio passa novo aniversário da Revolução Nacional e faz trinta anos a Situação política que tem a exclusiva responsabilidade do governo durante as três últimas décadas. Esta exclusividade pode ter-se como título de capacidade governativa e política, mas há-de também ter-se como fonte de pesadas responsabilidades que não podem ser partilhadas nem atribuídas a outrem, ao menos parcialmente. Decerto a acção do governo foi condicionada em bons espaços de tempo por guerras externas e por crises internacionais graves, além das muitas deficiências do nosso próprio ser colectivo. Mas, para além dessas limitações, aliás ponderosas e extensas, naqueles domínios em que o governo se pôde determinar e agir, há que responder perante a Nação ou perante a História pelo que se fez e pelo que se não fez e podia ou devia ter sido feito. Podia ter-se avançado mais? podia ter-se agido melhor? Não receio as críticas, se apaixonadas, dos adversários nem os juízos de observadores superficiais que tudo aferem, com desconhecimento das circunstâncias de facto, por um padrão ideal: só me interessa o veredicto das consciências rectas. Porque, se houve dificuldades e estorvos, houve também circunstâncias políticas favoráveis, embora estas, se existiram, tenha sido exactamente nosso mérito criá-las.

Certamente haverá comemorações festivas e não faltam, apesar de tudo, motivos para contentamento público. Mas, ao fixar-se para este ano e para as proximidades daquela data a realização do 4.º Congresso da União Nacional, houve o intento de facultar o largo exame retrospectivo da marcha da coisa pública e criar a oportunidade de apreciar princípios e métodos, problemas e

soluções, esforços e resultados. Não se pode esperar — nem seria possível — que se faça então a crónica circunstanciada deste período, que já não passará despercebido na história portuguesa. Mas, fixado bem o ponto de partida e os meios ao dispor da máquina governativa e da administração, é possível ajuizar-se do caminho andado, das condições de progresso, das oportunidades aproveitadas ou perdidas e da bondade dos princípios que nos nortearam. Tudo se resumirá em saber se de facto, à sombra deles, a Nação se elevou moral e materialmente, isto é, se progrediu e se se nobilitou.

Tem-se ouvido afirmar que este período, mercê de algumas necessárias limitações de liberdade de imprensa, marca uma zona escura do pensamento e da cultura portuguesa. A decadência podia ter-se verificado independentemente de causas políticas. Mas dessas críticas nasceu a ideia de uma exposição cultural, relativa também aos últimos trinta anos. Se a produção literária, científica ou artística, e as suas variadas manifestações, impulsionadas ou não pela acção do Estado, se afirmaram em termos comparáveis aos de outras boas épocas, deve a acusação cair por falta de base e o País ter fé no seu espírito rejuvenescido. A mim, ser-me-ia particularmente doloroso verificar ter contribuído, embora na defesa de interesses igualmente sagrados, para um eclipse — ainda que passageiro — da intelligência portuguesa.

III

Será muito difícil, e em qualquer caso improvável, que os problemas políticos portugueses e as suas soluções não sejam também considerados à luz dos acontecimentos mundiais e das lições que deles emanam.

Do conjunto de factos cuja observação se encontra no horizonte de quem quer, podem tirar-se duas conclusões ou ensinamentos. O primeiro é a existência de certos movimentos de impaciência dos povos, e designadamente do seu eleitorado, ante a

agitação de actividades políticas excessivamente apaixonadas, vazias e inefficientes, fins de si próprias e desligadas dos interesses nacionais, ainda que sob a reiterada invocação da sua defesa. Não se trata, a meu ver, de problema que possa ser solucionado pelos apelos da prudência ao concerto das inteligências e à conciliação das irredutibilidades, quando a base dos regimes for em si mesma incitamento à luta e fermento de paixões. É o fundamento psicológico que está errado, não as suas consequências. As diversas soluções para que se recorre nos casos em que o apelo à unidade nacional vai de encontro a profundas divisões do espírito público, não se revelam em termos de simultaneamente salvar os princípios e satisfazer o interesse da Nação: as soluções minoritárias não têm lógica; as combinações e compromissos não têm eficiência prática.

Ao mesmo tempo que as lutas apaixonadas pela conquista do poder parecem criar no espírito público uma espécie de cansaço ou de enjoo, verifica-se—e é este o segundo ensinamento—, em extensas camadas populacionais, redobrado interesse pela coisa pública. Não só os problemas sociais e políticos atraem vivamente os espíritos, como se nota em camadas de escol, saídas da grande massa pela vulgarização da cultura, o anseio de um sistema de princípios e soluções que responda satisfatoriamente às suas interrogações e necessidades. Um ideal social e político se afigura necessário e o grande problema está em saber quem é capaz de realizar o objectivo. A democracia? o comunismo?

Quando ousamos dizer que a democracia é um regime que funciona melhor ou pior, mas não pode por definição constituir, nem de facto constitui hoje, esse alimento espiritual, acusam-nos de antidemocratas e arriscamos as simpatias que, por outros motivos, havemos logrado. E assim se corre o risco de ficar, desoladamente, e à parte o que possa esperar-se de certos movimentos de ordem religiosa, apenas em face do comunismo.

É inútil, no domínio que nos ocupa, argumentar com que o comunismo não pôde realizar-se ainda nem jamais se realizará em parte alguma, é contrário à natureza, falso nas suas premissas

e nas suas conclusões. Isto não tem grande acção nos espíritos, desde que possa continuar a apresentar-se como dando uma resposta aos problemas do mundo contemporâneo. A superioridade com que se afirma, a solidez das posições tomadas, ainda quando se vê forçado a alterá-las ou substituí-las, a segurança com que despreza tudo o que não seja a sua filosofia e a violência dos seus processos, representam incontestavelmente uma força no mundo de hoje, força que, embora politicamente paralisada nalguns países, se mantém ainda perigosa como instrumento de captação.

Por mim, estou seguro de que a doença comunista, não tendo podido realizar-se em revolução, mas só em crueldade, acabará por esgotar-se e passar, deixando embora aqui e ali ensaios de instituições, termos vagos de reivindicações sociais, uma que outra solução. Mas interessa vitalmente às Nações evitar o alastramento dessa pandemia que onde minorias audazes conseguem instalá-la, atenta, quase sem excepção conhecida, contra a independência dos Estados, a liberdade dos indivíduos, as conquistas da civilização.

Esta a razão fundamental da nossa posição e ansiedade no problema, porque, se não queremos que o comunismo avance e nos subjogue, precisamos de eliminar as condições do seu progresso. Quando nos primeiros Estatutos da União Nacional e depois na primeira parte da Constituição Política ousámos inserir uma parte substancial com as posições ideológicas a firmar quanto aos problemas fundamentais do homem, da sociedade e da Nação portuguesa, não foi outro o intuito que compendiar aquele acervo de ideal necessário ao Português de hoje e à permanência dos seus interesses nacionais, acender uma luz que iluminasse o caminho, definir princípios a que se devesse ser fiel e que, pela sua transcendência e perenidade, não tinham que ser sujeitos a contínua revisão. Contribuição modesta, mas para nós não desprovida de valor.

*

* *

Subindo do plano das políticas internas ao da sociedade internacional, estão a verificar-se no mundo dois movimentos que uns consideram complementares, outros um tanto ou quanto contraditórios: afirma-se um movimento nacionalista, base da formação de numerosos Estados, e, ao lado, intensas manifestações de internacionalismos e uma vez ou outra mesmo supranacionais: dir-se-ia que alguns países estão fatigados da sua existência como nações independentes.

É certo que outros factores, além do anseio de liberdade, se ocultam atrás dos movimentos de autodeterminação dos povos, mas a expressão final que estes movimentos revestem é de facto a multiplicação de Estados independentes na sociedade internacional. O maior problema que o fenómeno suscita, além da liquidação das situações anteriores, é o da capacidade dos novos Estados para se administrarem com real independência e a sua perfeita integração no convívio moral e jurídico das restantes nações.

Quanto ao segundo movimento: o encurtamento das distâncias tornou o mundo mais pequeno e permitiu a progressiva intensificação da vida internacional. Paralelamente, a civilização parece caminhar no sentido da uniformidade, pelo que se não há-de estranhar um reforço de internacionalismo no direito e nas instituições encarregadas de estudá-lo e de promover a sua aplicação. Nada custa também admitir que o alargamento de um espaço, por soma de espaços nacionais, possa ser condição favorável à solução de certo número de problemas, pelo que a cooperação entre as soberanias que os partilham e a adesão a estatutos comuns se podem impor como a forma mais eficaz de os solucionar. — Nada disto nos suscita objecções de fundo.

Um aspecto se afigura, porém, mais sério, apesar de alguma obscuridade em que se envolve. Refiro-me ao movimento de inte-

gração europeia que muitos na Europa defendem e fora dela outros parecem acalantar. Esse vago pensamento começa já a revestir aqui e além formas jurídicas conhecidas, como a de federação ou confederação.

Se ao meu espírito é suficientemente nítida a razão por que alguns Estados defendem para o Ocidente europeu tais formas de integração, não consegui ainda descortinar os motivos que impelem outros a aceitar, senão a bendizer, esta sorte de liquidação nacional. A constituição heterogénea e dispersa de alguns Estados europeus, a vastidão dos seus interesses fora da Europa, a diversidade das instituições por que se regem, a disparidade de climas políticos e morais que neles se verifica, são aspectos que não consegui ainda compreender como seriam considerados para salvaguarda do que há de essencial em algumas destas formações históricas.

Tenho considerado como favor da Providência termos uma situação geográfica, uma formação territorial e um regime político que nos permitem aguardar neste canto da Península não só o desenvolvimento doutrinal da questão, mas algum começo de aplicação prática, se aí se houver de chegar. A posição prudente que temos tomado é defender e apoiar intensamente uma cooperação cada vez mais íntima e uma solidariedade cada vez mais firme, sem prejuízo das autonomias nacionais que são ainda, tanto quanto pode ver-se no horizonte político, a forma mais simples de progresso e de defesa dos interesses das populações que agremiam. O nosso nacionalismo, construtivo sem agressividade, colaborante sem exclusivismos, mas enraizado na terra e nas almas, pode bem continuar a revelar-se a melhor defesa contra experiências ousadas de que infelizmente se não haveriam de avaliar os benefícios possíveis, senão depois de sofridas as desvantagens reais.

*

*

*

Vou terminar.

Falei mais do que desejava; espero não ter dito mais do que devia.

Varre o mundo, a par com dificuldades de toda a ordem, um vento de inquietação e desassossego, que mina as populações e parece desconcertar os governos. Os tempos criaram não só a necessidade como a esperança de modificações profundas na estrutura social que a economia e a política são as primeiras a reflectir. Muitos supõem não poder operá-las senão por uma revolução. O nosso voto é que todos possam empreendê-la, a essa revolução necessária, como nós a vamos fazendo — em paz. Demasiado devagar? Talvez um tanto devagar, mas repito e sublinho — em paz.



OFICINAS GRÁFICAS
CASA PORTUGUESA
RUA DAS GÁVEAS, 103
L I S B O A



THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

147 2

EDIÇÕES

S·N·I

LISBOA

NB



EFC0000511241

S.N.I